

Editorial

Cristina Montalvão Sarmento

O retorno do constrangimento: liberdade e segurança

Na historiografia atual existe já razoável consenso acerca do processo de mudança de valores do século xx, após a segunda guerra mundial e o colapso da *guerra fria*. Resultado das teias da história, o neoliberalismo atual foi o real vencedor da *guerra*, abrindo o novo século, no entanto ganhou vida própria, consequência não prevista pelas elites, agora atordoadas pelo vigor e peso das suas consequências.

No caso português, apesar de historicamente determinado à sua vocação mundial, linguística e religiosa, diferenciada na fronteira natural dos Pirenéus, Portugal confronta-se hoje com a sua situação de periferia europeia. Como os outros países europeus, após o acelerado desenvolvimento fruto da integração europeia, todos foram confrontados com a crise de 2008, as suas consequências e as comunidades oscilam, entre liberdade e segurança, binómio basilar das sociedades ocidentais.

Em termos gerais, no espaço-mundo, esta falta de expectativas foi pressentida e vem sendo acompanhada pelos intelectuais. Na alta cultura, o termo “pós” moderno vulgarizou-se no final do século xx. Os pós-modernistas estão na ponta final de um legado histórico-político de uma Europa que consideram, teleológica, autoritária, racista, colonial e dominadora. Abertas as hostilidades, o pós-modernismo atravessa todas as áreas do saber sobre o humano. Metodologicamente, os pós-modernistas refutam a possibilidade de estabelecer os fundamentos últimos do conhecimento. Neste sentido é puramente negativo, pois ressalta a inadequação do saber e não oferece uma alternativa. Como consequência, estamos a viver num mundo ocidental pós-moderno e o ocaso da modernidade fica registado como o fim do poder do ocidente, emergindo esta falta de expectativas no futuro que se manifesta no pensamento político.

A era pós-moderna é acompanhada da contestação não violenta à democracia no que se vem denominando a crise da primeira década. Analisar a crise que afeta as democracias Europeias e as suas consequências obriga a considerar o poder das redes de ideias e da sua difusão. Com uma mobilização social atribuída à capacidade de interação das redes sociais é árduo avaliar em que medida os meios virtuais impactam as comunidades. Entre outras expressões que se popularizaram, a afirmação de que a Europa seja devolvida aos cidadãos e não fique refém dos mercados, a exigência de melhor representação política e afirmação de que as pessoas não são mercadoria na mão dos políticos e dos bancos, sumariza o conteúdo da crise.

Assim, a crítica da contemporaneidade tem-se desenvolvido em torno de um consenso ideológico, sobre a organização da economia de mercado e das suas relações com a cultura. A política possui esta dimensão cultural complexa, geradora do desafio de procurarmos os elementos lógicos, com o objetivo de fixarmos interpretações válidas acerca da emergência de novos padrões da cultura política, associados a mudanças de paradigmas à escala global. O que pode ser analisado na relação entre liberdade e segurança, conceitos primários que historicamente são determinantes para a dinâmica da mudança política.

Creemos que é neste confronto que se deve situar a perplexidade dos analistas, que se manifestam nas obras escolhidas neste volume para serem objeto de recensão. O Carlos Alves informa-nos com a obra coletiva sob o título sugestivo: *Late Neoliberalism and its Discontents in the Economic Crisis: Comparing Social Movements in the European Periphery*, publicada pela Palgrave Macmillan em 2017. Também assim para a escolha de Hugo Leal que faz a recensão da obra de Mounk, *The People vs. Democracy – Why Our Freedom is in Danger and How to Save It*. Que a Harvard University Press publicou já neste ano de 2018.

Na mesma linha de preocupações os artigos que abrem o corpo deste número, sobre a “*America First*” Strategy do Presidente Donald Trump, e sobre o futuro das reformas da governança económica da União Europeia, espelham as dificuldades atuais sobre competição e cooperação. Dentro deste mundo global, há sempre quem não se esqueça dos casos que se afirmam pela diferença e nesse contexto um artigo sobre o Reino do Butão, lembra paradigmaticamente as variantes democráticas atuais. Talvez por estes mesmos motivos não seja de estranhar que os artigos teóricos que nos têm chegado, retornem aos clássicos, seja ao pensamento marxista, para entender as instituições internacionais, seja a Rawls, para discutir a soberania popular.

Em qualquer caso, divulgar cientificamente a política numa era em que os populismos se manifestam, as ideias circulam à rapidez de um toque, o tempo se encurta e a difusão refletida na escrita está dificultada, ganha contornos de desafio político para manter o discernimento que a reflexão de princípios obriga. Ultrapassar a pressão neoliberal que se faz sentir sobre a própria produção científica é um dos combates atuais em que a liberdade de pensar se confronta com a segurança institucional, esta obrigada a seguir os ditames da estrutura estatal de concorrência internacional. Estas inquietações, marcam este número dez da *Revista Portuguesa de Ciência Política*. Assim não podia deixar de ser, porquanto reflete a nossa inserção no xadrez internacional a partir da comunidade estatal diferenciada que somos.

Do ponto de vista institucional, a RPCP, agora agregada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, a quem deve a sua continuidade editorial e o seu espaço de trabalho, num esforço coletivo que atravessa todos os serviços, deve os seus agradecimentos. Não obstante, a RPCP continua a depender dos jovens estagiários do Observatório Político. Oriundos de várias universidades onde se ensina a Ciência Política em Portugal, da sua vontade de aprender e construir nesta área do saber, são acompanhados pelo jovem corpo técnico de doutorandos que diariamente se empenha profissionalmente, nem sempre com a retribuição devida e enfrentando os combates do quotidiano, na continuidade da estrutura de cooperação que o Observatório Político tem sido. A todos os nossos agradecimentos.